



Participação Social e Sustentabilidade: Interfaces da Democracia Ambiental no Direito Contemporâneo

Autor(res)

Vinicius Samuel Pereira Silva
Gabriel Lucas Tomaz Esteves Reis
Daniel Rodrigues Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A defesa da democracia ambiental revela a importância de ampliar a participação da sociedade nas decisões que impactam o meio ambiente, garantindo transparência, inclusão e responsabilidade na gestão dos recursos naturais. Nesse contexto, o Direito assume um papel fundamental ao criar mecanismos que assegurem o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.

A justiça intergeracional, por sua vez, reforça o dever das gerações presentes de proteger o meio ambiente, reconhecendo que as escolhas de hoje afetam diretamente a qualidade de vida das futuras gerações. Trata-se de um compromisso ético e jurídico com a sustentabilidade.

Diante desse cenário, o Direito Climático se consolida como um campo estruturante da ciência jurídica, oferecendo instrumentos para enfrentar a crise climática e promover soluções mais justas e duradouras.

Objetivo

Este artigo tem como objetivo analisar a relevância da democracia ambiental, da justiça intergeracional e do Direito Climático na atuação jurídica atual. Busca destacar a importância da participação social, da responsabilidade com as futuras gerações e do desenvolvimento de instrumentos jurídicos eficazes diante da crise climática.

Material e Métodos

O artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados livros, artigos científicos, legislações e documentos nacionais e internacionais relacionados à democracia ambiental, à justiça intergeracional e ao Direito Climático. O método dedutivo foi utilizado para compreender a aplicação desses conceitos no contexto jurídico contemporâneo. Além disso, emprega-se a análise crítica do conteúdo, buscando identificar os principais desafios e contribuições desses temas para a consolidação de respostas jurídicas frente à crise ambiental.

Resultados e Discussão

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



O estudo evidencia que a democracia ambiental fortalece a legitimidade das decisões ao ampliar a participação social e a transparência. Aponta também que a justiça intergeracional se consolida como princípio orientador, impondo deveres concretos de proteção ambiental às gerações presentes. Além disso, verifica-se o avanço do Direito Climático como campo estruturante, com crescente produção normativa e relevância nas políticas públicas. A discussão pode problematizar os desafios de efetivar a participação social de forma inclusiva, as limitações na aplicação prática da justiça intergeracional e as lacunas na implementação de normas climáticas. Também é possível refletir sobre o papel do Estado, do Judiciário e da sociedade na construção de respostas mais eficazes, destacando a necessidade de integração entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e justiça social.

Conclusão

Conclui-se que a democracia ambiental, a justiça intergeracional e o Direito Climático são essenciais para enfrentar os desafios atuais. A participação social fortalece decisões, enquanto a responsabilidade com o futuro orienta práticas sustentáveis. Apesar dos avanços, ainda há desafios que exigem maior integração entre Estado e sociedade.

Referências

- SPECIE, Priscila. Direito e participação social. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Isis Akemi Morimoto Toschi. Direito e Educação Ambiental: Estimulo à Participação Crítica e à Efetiva Aplicação de Normas Voltadas à Proteção Ambiental no Brasil. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ARAUJO, MARIANE DE et al. Formação continuada em Educação Ambiental: contribuições para a mobilização e participação social no enfrentamento das problemáticas socioambientais. 2023.
- SULAIMAN, Samia Nascimento. Educação ambiental à luz da análise do discurso da sustentabilidade: do conhecimento científico à formação cidadã. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.